

Janaina dos Santos Soares

Instituto Federal do Pará
Belém, Pará, Brasil
janainasoareshgeo@gmail.com

Marcilene Furtado Dias Rodrigues

Instituto Federal do Pará
Belém, Pará, Brasil
marcilener31@gmail.com

Layse Paes Antunes

Instituto Federal do Pará
Belém, Pará, Brasil
laysepaesantunes12345@gmail.com

Samia Santa Brígida Nogueira

Instituto Federal do Pará
Belém, Pará, Brasil
samiageografia@gmail.com

RESUMO

Este estudo tem como objetivo apresentar as abordagens da Educação Escolar Quilombola e seus principais desafios na atualidade, visto que esse modelo pedagógico foi pensado para promover a preservação da identidade, dos saberes e práticas culturais. Sendo assim, as Escolas Quilombolas devem oferecer uma educação de qualidade, assim como valorizar os saberes tradicionais. No Brasil, a Educação Escolar Quilombola é fundamental para garantir o direito básico à educação, que são afetadas por sistemas escolares inadequados, falta de professores especializados e apoio insuficiente do governo. Valorizar a cultura quilombola e envolver as comunidades nas decisões sobre educação, além de formar professores sensíveis a essas questões culturais, oferecem perspectivas promissoras para a promoção de uma educação de qualidade com preservação de identidade cultural quilombola. O acesso à educação deve ser integral e igualmente garantido a essas comunidades.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Escolar Quilombola; desafios; políticas públicas.

INTRODUÇÃO

Os quilombos são comunidades formadas por pessoas que foram escravizadas em um período sombrio da história do país. Essas pessoas, ao fugirem para viver uma vida livre, se abrigavam em territórios distantes das fazendas escravistas, como forma de resistir às condições que haviam lhes condicionado. Os quilombos se tornaram um símbolo de resistência à escravidão, e manutenção das culturas africanas no Brasil. Para Moura (1992, p. 23) “o quilombo aparece, assim, como aquele módulo de resistência mais representativo [...] que existiu. Estabelece uma fronteira social, cultural e militar contra o sistema que oprimia o escravo”.

A educação escolar quilombola se refere à educação destinada às comunidades remanescentes de Quilombos, que são grupos de pessoas afrodescendentes que se estabeleceram em áreas rurais e preservaram suas tradições culturais e históricas ao longo dos séculos. No Brasil, a educação escolar quilombola foi institucionalizada em 2002, com a criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e, posteriormente, com a Resolução nº 8/2012 do Conselho Nacional de Educação (CNE), que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola, tem como objetivo promover a inclusão educacional das Comunidades Quilombolas e garantir o acesso a uma educação de qualidade e a cultura dessas comunidades. Entre as características da educação escolar quilombola estão o respeito à cultura e as tradições das Comunidades Quilombolas, o uso da Língua Portuguesa em diálogo com as línguas locais, o fortalecimento das identidades quilombolas e a valorização dos conhecimentos tradicionais dessas comunidades. Além disso, a educação escolar quilombola busca promover a formação crítica e a participação cidadã das pessoas quilombolas, buscando construir uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

DESAFIOS ENCONTRADOS NA EDUCAÇÃO QUILOMBOLA

A educação quilombola no Brasil enfrenta vários desafios derivados das desigualdades socioeconômicas e raciais existentes no país. Um dos grandes desafios da educação quilombola é o acesso à educação de qualidade. Muitas comunidades quilombolas estão localizadas em áreas remotas com difícil acesso às escolas e recursos educacionais. A falta de infraestrutura básica, como escolas adequadas, transporte e acesso à internet dificulta o acesso à educação de qualidade, prejudica o aprendizado e o desenvolvimento de crianças e jovens quilombolas.

Outro desafio é encontrar mais conteúdos que deem visibilidade à cultura quilombola nos materiais didáticos. Lanchert e De Oliveira (2013, p. 10) afirmam que:

Para que essa impregnação aconteça, é necessário inserir no projeto educativo os conteúdos éticos, morais, comportamentais, culturais, sociais, reconhecendo-os como responsáveis pela formação da cidadania e fortalecimento das identidades culturais; não os desvinculando dos conteúdos de cada área de conhecimento ou de cada disciplina. Os conteúdos cognitivos não se separam dos conteúdos culturais. Essa interação no currículo constrói na escola a epistemologia didática.

Assim, pode-se entender como a história, cultura e costumes das áreas quilombolas são invisíveis nas grades curriculares, o que ajuda na discriminação deles. Além disso, a ausência de professores quilombolas e a ausência de uma educação voltada para a realidade quilombola faz com que haja dificuldade na construção de uma educação que seja inclusiva e respeite a diversidade que existe nessas comunidades. De acordo com Souza (2015, p. 49):

A Educação Escolar Quilombola segue nessa perspectiva trazendo uma relação explícita entre o conhecimento ancestral de matriz africana, a formação da identidade quilombola e as relações de poder, estando vinculada ainda a uma noção de democratização e transformação da sociedade.

Com isso, a falta de políticas públicas específicas e a falta de recursos financeiros são desafios que a educação quilombola sofre. A falta de investimentos na educação com boas estruturas, a formação de professores, a integração de materiais didáticos contextualizados e programas de apoio à cultura e território quilombola são obstáculos a se enfrentar para ter uma boa educação quilombola de qualidade.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO QUILOMBOLA

A implementação de políticas públicas para educação quilombola é fundamental para garantir o acesso à qualidade e a inclusão dessas comunidades na educação formal. Algumas dessas políticas podem ser implementadas, como o reconhecimento da especificidade das comunidades quilombolas, sendo necessário que as políticas públicas reconheçam a diversidade cultural e linguística das comunidades quilombolas, assim como suas particularidades e necessidades educacionais específicas.

Os professores devem ser capacitados para atender às demandas das comunidades quilombolas, por meio de cursos de formação continuada e programas específicos de formação. O currículo deve ser pensado de forma intercultural, contemplando as tradições, conhecimentos e práticas das comunidades quilombolas, além de incentivar a produção de materiais di-

dáticos específicos. A ausência da história da população negra no Brasil, principalmente a dos quilombolas, nos currículos, tem gerado impactos econômicos, sociais, psicológicos, culturais e políticos para essa população, além de reproduzir as desigualdades existentes. (SOUZA, 2015).

Além disso, é necessário garantir a infraestrutura adequada para a oferta de educação quilombola, como escolas, transporte escolar e equipamentos pedagógicos. As políticas públicas também devem garantir o acesso das comunidades quilombolas à educação superior, por meio de programas de inclusão e cotas nas universidades. As políticas públicas devem ser construídas com a participação ativa das comunidades quilombolas, por meio do diálogo e da escuta de suas demandas e necessidades educacionais. A implementação de políticas públicas para a educação quilombola é fundamental para garantir a igualdade de oportunidades e o respeito à diversidade cultural e étnica de nosso país.

METODOLOGIA

O presente trabalho teve como finalidade a realização de um estudo sobre a educação escolar quilombola. À vista disso, baseou-se em pesquisas bibliográficas, dado que a principal vantagem em realizar pesquisas bibliográficas é a capacidade de cobrir uma gama mais ampla de fenômenos do que seria possível através da investigação direta. Esta utilidade ganha destaque especialmente quando a questão de investigação requer a análise de dados geograficamente dispersos. (GIL, 2002). Sendo assim, tais pesquisas discutem e analisam as práticas escolares aplicadas, assim como as políticas públicas destinadas ao público das comunidades quilombolas existentes no Brasil, pois a educação e o acesso à escola são direitos conquistados pelos afro-brasileiros desde a escravidão, e se tornou um ponto central para a conquista da emancipação (CARRIL, 2017). Para a seleção das bases teóricas, foram utilizados artigos científicos da mesma temática, livros e o Parecer CNE/CEB N° 16/12 para o levantamento de dados quanto à estrutura educacional no contexto educacional. A classificação da pesquisa quanto aos objetivos foi descritiva, e foi de suma importância para compreender essa temática e fazer uma comparação entre teoria e prática.

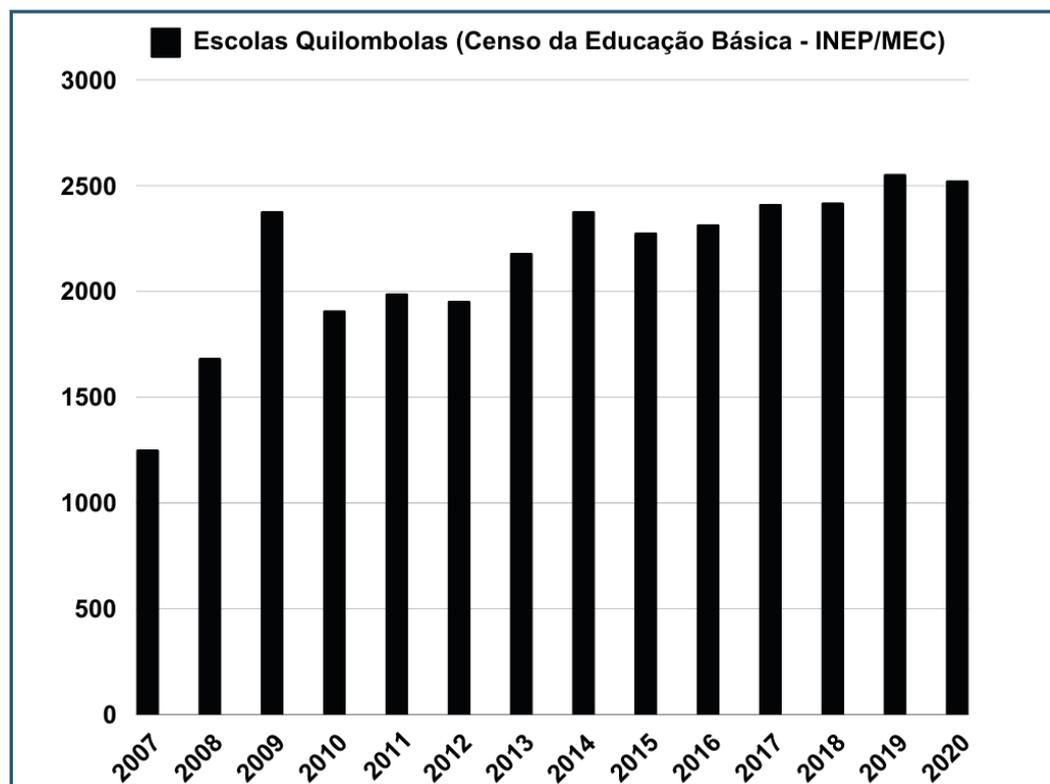
RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para a realização deste trabalho foram realizadas pesquisas bibliográficas acerca da educação escolar quilombola e a sua importância para as comunidades, principalmente, para manter viva suas culturas, tradições e ance-

tralidades, bem como analisar se as políticas públicas instituídas voltadas para esta modalidade escolar, estão sendo cumpridas de forma efetiva.

Os resultados indicam que a educação escolar quilombola é uma política pública recente, e tem como objetivo garantir o acesso e permanência desses alunos no âmbito escolar propiciar a identidade quilombola no contexto educacional. No entanto, segundo dados do CNE/2012, a Educação Escolar Quilombola está sendo negada como um direito, visto que há um histórico de desigualdades e discriminação que afetam diretamente esse público, seja na falta de professores, na infraestrutura precária das escolas, e muitas das vezes, a ausência delas em territórios quilombolas. Sendo assim, há inúmeros desafios que precisam ser combatidos, a começar pela adequação dos professores para lidar com as especificidades locais, as precariedades das infraestruturas das escolas, o compromisso em relação ao processo de aprendizagem dos discentes e entre outros.

Figura 1 – Escolas Quilombolas



O gráfico demonstra o número de escolas quilombolas no Brasil ao longo do tempo. De 2007 a 2020, esse número passou de 1.253 para 2.526. Nota-se que houve poucas mudanças no sentido de abrangência. Esse aumento em números não parece ter-se traduzido em melhorias significativas na cobertura educacional, embora haja inúmeras leis e diretrizes que asseguram a

Educação Escolar Quilombola, como a CNE/2012, que estabelece Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.

É importante ressaltar que somente números de escolas não é parâmetro de avaliação educacional. Uma avaliação abrangente considera não só o número de instituições, mas também a qualidade do ensino, o envolvimento ativo da comunidade e a integração efetiva da cultura no currículo. Além disso, devem ser identificadas e ultrapassadas possíveis barreiras que possam impedir o acesso destas comunidades à escolaridade, tais como a localização geográfica, questões econômicas e sociais.

CONCLUSÕES

Em linhas finais, pode-se concluir que a construção da história quilombola enfrenta inúmeros desafios. Em relação a educação escolar quilombola, os resultados obtidos na pesquisa mostram o quanto ela ainda é um fator de pouco investimento e apresenta diversos problemas, como falta de infraestrutura básica, acesso à internet, o difícil acesso aos materiais didáticos e pedagógicos adequados e a falta de valorização da própria cultura quilombola.

As comunidades quilombolas estão resistindo para garantir acesso à educação de qualidade. As problemáticas apresentadas são derivadas das desigualdades socioeconômicas e raciais do país. Nessa perspectiva, a implementação da educação escolar quilombola deve ser realizada de forma participativa, levando em conta a realidade das comunidades. Para isso, é importante que deem visibilidade a essa causa, com diálogos e engajamento entre educadores, alunos e familiares. Após a realização desta pesquisa, se constatou a necessidade de investimentos nesta área, para assim, garantir inclusão e educação de qualidade para as comunidades quilombolas. ●

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARRIL, L. D. F. B. Os desafios da educação quilombola no Brasil: o território como contexto e texto. *Revista Brasileira de Educação*, v. 22, n. 69, p. 539–564, jun. 2017.

GIL, Antônio Carlos. Como classificar as pesquisas. *Como elaborar projetos de pesquisa*, v. 4, n. 1, p. 44–45, 2002.

GOMES, Nilma Lino. *Diretrizes Nacionais para a Educação Escolar Quilombola*. N. 16/12. Ministério da Educação: Conselho Nacional da Educação. BRASIL.

LANCHERT, Jeanes M.; DE OLIVEIRA, Maria. *PANORAMA DA EDUCAÇÃO QUILOMBOLA NO BRASIL*. 2013.

MARIA DA SILVA, G. et al. *Apresentação realizada por Equipe Técnica Educação Quilombola em Números*. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ce/apresentacoes-em-eventos/apresentacoes-audiencias-2021/arquivos-2021/GivaniaSilva.pdf>.

MOURA, Clóvis. *História do Negro Brasileiro*. 2. ed. São Paulo: Ática S.A, 1992. ISBN 8508034520.

SOUZA, Shirley Pimentel de. *A Educação Escolar Quilombola: As pedagogias quilombolas na construção curricular*. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, [S. l.], 2015.

Artigo recebido em: 31/08/2024

Artigo aprovado em: 02/10/2024

Artigo publicado em: 22/10/2024

Esta obra adota a licença
Creative Commons CC-BY 4.0
Atribuição 4.0 Internacional

